

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Um passo atrás na luta contra o trabalho escravo.</b> Amália Antunez – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 04/07/2014 .....	4
<b>Congresso pode 'abrandar' PEC do Trabalho Escravo.</b> Piero Locatelli – Site da Carta Capital, Sociedade. 10/07/2014 .....	4
<b>Produtores de Brasnorte e Barão de Melgaço discutem na Famato ampliações de terras indígenas</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Assuntos fundiários. 10/07/2014.....	6
<b>São Paulo vai reconhecer 12 comunidades quilombolas.</b> José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 11/07/2014.....	7
<b>Quilombo aguarda dez anos por titulação em Goiás.</b> Daniela Carolina Perutti – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/07/2014 .....	8
<b>Incrá reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/07/2014 .....	11
<b>Luta pela terra no Primeiro Mundo.</b> Francisco Colaço Pedro – Site da Carta Capital, Sociedade. 16/07/2014 .....	12
<b>Enquanto Funai admite orientação para paralisar demarcações, relatório demonstra efeitos da política governista</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/07/2014.....	13
<b>Cativos de fiscais corruptos.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/07/2014.....	16
<b>Reforma urbana toma lugar de reforma agrária.</b> Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2014.....	17
<b>Petista ignora distribuição de terras em texto entregue ao TSE.</b> Roldão Arruda e Fábio Brandt – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2014.....	19
<b>MDA e Incra definem diretrizes para o segundo semestre</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014 .....	20
<b>Incrá reconhece comunidades quilombolas no Ceará e em Santa Catarina.</b> Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014....	20
<b>Incrá oficializa mesa de diálogo permanente sobre regularização Quilombola</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014.....	21
<b>Governo fortalece ‘sociedade civil’ na questão quilombola.</b> Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 24/07/2014.....	22
<b>Nesta sexta-feira (25), ministro do MDA e presidente do Incra visitam assentamento da reforma agrária</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014.....	23
<b>RS tem mais dois territórios quilombolas identificados</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014 .....	24

<b>Incra reconhece Território Quilombola de Tijuacu</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014 .....	25
<b>MST ocupa fazenda que mantinha trabalho escravo no Distrito Federal</b> – Site do MST. 26/07/2014.....	26
<b>Agricultura familiar: uma revolução silenciosa no campo.</b> Najjar Tubino – Site da Carta Maior, Economia. 28/07/2014 .....	27
<b>Terra Legal entrega títulos para agricultores familiares de Manoel Urbano no Acre</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014 .....	30
<b>Comunidade quilombola no Ceará é reconhecida pelo Incra</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014 .....	31
<b>Pastoral da Terra denuncia invasão de Reserva Legal em Assentamento</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 31/07/2014.....	32
<b>MST exige do Incra que área da Araupel seja desapropriada para Reforma Agrária</b> – Site do MST. 31/07/2014 .....	33

## **Um passo atrás na luta contra o trabalho escravo. Amália Antunez – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 04/07/2014**

A Proposta de Emenda Constitucional 57-A, mais conhecida como PEC do Trabalho Escravo, foi recentemente homologada pelo Senado Federal do Brasil. Até aqui soa bem, porque pode ser considerada uma vitória depois de uma longa luta. Porém, infelizmente não é assim. Porque, da forma como foi aprovada, deixa de fora a definição de trabalho escravo segundo o estabelecido no Código Penal Brasileiro, o que será prejudicial para os trabalhadores vítimas deste flagelo.

Em diálogo com A Rel, Adriana Borba Fetzner, assessora legislativa da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), declarou que esta organização vem lutando, há 15 anos, para que a PEC 57-A seja aprovada. “Há muito que a CONTAG vem trabalhando para esta Emenda ser aprovada. Infelizmente o que aconteceu é que alguns setores políticos se valeram de uma artimanha que impõe que a mesma só seja válida com base na lei, o que exige um projeto que a regule e é justamente nesta regulamentação da lei onde surge o problema”, explicou. O senador Romero Jucá, relator do projeto de lei – continuou Adriana – retirou da definição de trabalho escravo os conceitos de “jornada extenuante” e de “condições degradantes”. Isto faz com que, em lugar de fortalecer o combate ao trabalho escravo, se fortaleça exatamente a situação contrária”, destacou. De acordo com a assessora, o conceito de trabalho escravo como redigido por Romero Jucá, fará com que o trabalho escravo termine antes mesmo de existir, porque, como bem explica Elias D’Angelo, secretário dos Assalariados Rurais da CONTAG, ao ser considerado trabalho escravo apenas o “trabalho forçado” esvaziasse o conceito, levando a que muitas atividades, que hoje em dia são consideradas análogas à da escravidão, deixem de ser. “Nossa batalha agora está em recuperar o conceito original de trabalho escravo, como o estabelecido pelo Código Penal Brasileiro. Não será uma tarefa simples, principalmente se considerarmos as numerosas cadeiras ocupadas pelos latifundiários no Senado, a famosa Bancada Ruralista”, enfatiza Adriana. Consultada sobre as expectativas do movimento sindical rural desejoso de que essa situação se reverta, pois tal como está, a lei hoje é desfavorável aos assalariados rurais, Adriana assinalou a importância de se fazer muito lobby, pressionar muito a partir das bases e de se fazer um trabalho diário e constante. Ela também afirma acreditar ser possível que o conceito de trabalho escravo volte a estar completo na regulamentação da PEC 57-A. “Nós da CONTAG estamos trabalhando duramente nesta tarefa, através da mídia nacional, com o apoio de várias organizações irmãs e também contamos com a solidariedade e o apoio da Rel-UITA nesta etapa”, concluiu.

---

## **Congresso pode 'abrandar' PEC do Trabalho Escravo. Piero Locatelli – Site da Carta Capital, Sociedade. 10/07/2014**

*Manobra de congressistas quer restringir definição de escravidão e afrouxar emenda constitucional que destina propriedades onde crime for cometido à reforma agrária*

Em maio deste ano, o Congresso Nacional aparentemente cumpria uma dívida histórica com os direitos humanos. O Senado Federal aprovou emenda constitucional que destina propriedades onde for encontrado trabalho escravo à reforma agrária ou a programas

habitacionais. Antiga demanda de movimentos sociais e apoiada pelo Governo Federal, a PEC do Trabalho Escravo era aprovada 15 anos após ser proposta.

Mas esta vitória pode ser esvaziada com a movimentação de deputados federais e senadores. A definição de trabalho escravo ainda depende de uma votação dos congressistas, e parte deles tenta deixá-la mais branda.

A lei atual, redigida em 2003, estabelece que o trabalho análogo à escravidão acontece quando o trabalhador não consegue sair do emprego, é forçado a trabalhar contra sua vontade, é sujeito a condições desumanas ou é obrigado a trabalhar tão intensamente que põe sua vida em risco.

A definição do novo projeto, relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), é mais restrita. Nele, só é considerado trabalho escravo quando o empregado é forçado a trabalhar sob ameaça de punição ou com restrição da liberdade pessoal. O projeto para regulamentar a emenda também diferencia o descumprimento da legislação trabalhista do trabalho escravo e impõe mais entraves ao processo de desapropriação das propriedades rurais e urbanas.

Na justificativa do projeto, Jucá argumenta que a atual definição de trabalho escravo é muito subjetiva. “O que é sumamente revoltante para alguns pode não o ser para outros, principalmente porque as condições de trabalho em geral não são lá essas maravilhas nos campos distantes, nas minas, nas florestas e nas fábricas de fundo de quintal.”

Para ativistas, o conceito atual de trabalho escravo já é suficiente. “Vira e mexe, ouve-se o argumento de que auditores fiscais do trabalho consideram como trabalho escravo a pequena distância entre beliches, a espessura de colchões, a falta de copos descartáveis. Esse tipo de tentativa de desqualificação das condições degradantes de trabalho é uma ofensa aos trabalhadores”, escreveu Dira Paes, diretora geral do Movimento Humanos Direitos, em carta direcionada ao Senado Federal.

“Para ajudar a entender, façamos um paralelo: aceita-se punir homicídios. Desde que o bandido tenha cometido o crime entre às 4 e às 6 da tarde”, diz a ativista, para quem criar uma nova lei para um crime já existente poderia aumentar a impunidade.

#### *Militantes e governo pressionam para mudar projeto*

Os acordos para que a PEC do trabalho escravo fosse aprovada, entre outros pontos, incluíram a inclusão das palavras “na forma de lei” ao final da emenda. Desta forma, terras só poderão ser desapropriadas depois que uma lei específica for aprovada para tratar deste assunto.

Esta lei está sendo discutida na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional, onde se encontra o projeto aprovado por Jucá.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, senadora Ana Rita (PT-ES), afirmou em plenário que o relatório ainda deve ser modificado. “A regulamentação não pode significar retrocesso. E nosso entendimento é de que [o texto atual] tem retrocesso, então ele precisa ser mais bem debatido.”

Sob pressão do governo e de movimentos sociais, Jucá já fez algumas concessões. Entre elas, está a retirada da necessidade de “trânsito em julgado”, ou seja, de que o dono da

terra já tenho sido julgado em todas as instâncias da Justiça. Além disso, o relator aceitou incluir no texto a possibilidade de imóvel registrado em nome de pessoa jurídica ser expropriado.

O novo texto também estabelece que os bens apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo sejam revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No projeto original, os bens iriam para um fundo específico de combate ao trabalho escravo.

Para ativistas ligados à causa, porém, as mudanças feitas por Jucá ainda não são suficientes. Xavier Jean Marie Plassat, Coordenador da campanha nacional de combate ao trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra, diz que “a discussão não pode se perder nos detalhes” como as questões que já foram modificadas no projeto.

Desde que o Governo Federal criou o sistema público de combate a esse crime, em 1995, mais de 45 mil pessoas foram libertadas do trabalho escravo no País. Segundo Xavier, a flexibilização da ideia de trabalho escravo poderia fazer o Brasil perder esta conquista.

“A realidade observada nos últimos 20 anos tem demonstrado amplamente que as formas características do trabalho escravo contemporâneo são justamente reduzir uma pessoa a situação de coisa, animal. Da forma como está, a nova definição não trata disso. Sem dúvida nenhuma, poderíamos até regredir no combate ao trabalho escravo”, diz Xavier.

---

#### **Produtores de Brasnorte e Barão de Melgaço discutem na Famato ampliações de terras indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Assuntos fundiários. 10/07/2014**

Produtores rurais de Brasnorte e de Barão de Melgaço participaram quarta-feira (09.07) de uma reunião na Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO para discutir a ampliação, demarcação e criação de terras indígenas nos respectivos municípios. O prefeito de Brasnorte, Tarcísio Aguiar, e o consultor da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Rudy Ferraz, também participaram da reunião.

Em Brasnorte a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar a Terra Indígena (TI) Menkü em quase 100 mil hectares (ha), passando de 47 mil ha para mais 146 mil ha. Outro processo prevê a ampliação da TI Manoki de 45 mil ha para 250 mil ha. O produtor rural Rodrigo Deon, que está em Brasnorte há 10 anos, teme perder metade da propriedade com a ampliação da TI Menkü. "Nossas áreas foram adquiridas há muitos anos e passou pelo crivo da regularização imobiliária do Estado. Com a ampliação da terra indígena corremos o risco de perder cinco dos 10 mil hectares da nossa propriedade", diz Deon.

O consultor jurídico da FPA Rudy Ferraz orienta aos produtores rurais que entrem na Justiça para que seus direitos sejam preservados. "No caso de Brasnorte, o ideal é que os produtores ingressem com processos judiciais para suspender a ampliação das TI's, já que há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que impossibilita a ampliação de terras indígenas no Brasil", explica Ferraz.

Brasnorte tem cerca de 130 mil ha de terras indígenas regularizadas. Com as ampliações, essas áreas podem passar de 500 mil ha, situação que preocupa a prefeitura do município. "Viemos aqui para buscar orientações e discutir estratégias jurídicas que possam impedir as ampliações. Afinal, são áreas produtivas que geram emprego e renda para nosso município", pontua o prefeito de Brasnorte, Tarcísio Aguiar.

Em Barão de Melgaço, os produtores rurais estão preocupados com a possível criação da Terra Indígena da etnia Guató. De acordo com o produtor rural Ênio José Martins o clima de insegurança é grande na região. "Se tirarem um pedaço da nossa área, perdemos tudo, porque no Pantanal a nossa economia é movida pela pecuária extensiva, ou seja, qualquer hectare a menos faz diferença", conta o produtor.

"Neste caso, nós recomendamos que os produtores acompanhem a perícia da Funai para garantir que o marco temporal de 5 de outubro de 1988 seja respeitado. Como não havia índios no local em 1988, não há possibilidade da área ser considerada uma TI", destaca o consultor jurídico da FPA.

O analista de Assuntos Fundiários da Famato, Lino Amorim, diz que outras reuniões serão agendadas para discutir o assunto. "A reunião com os produtores de Brasnorte e Barão de Melgaço foi muito positiva, pois conseguimos discutir soluções viáveis em favor dos principais afetados pelas ampliações de TIs. A partir de agora queremos realizar reuniões como essas com representantes de outros municípios que passam pela mesma situação", ressalta Amorim.

Segundo a Funai, Mato Grosso possui 18.055,64 ha de TIs regularizadas, o que corresponde a 20% do território do estado. Somando as TIs declaradas, delimitadas e homologadas, o percentual cresce para 24% do território estadual. Conforme a fundação, atualmente existem 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

---

### **São Paulo vai reconhecer 12 comunidades quilombolas. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 11/07/2014**

Doze comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo serão reconhecidas até dezembro de 2015 pelos governos estadual e federal. Um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) vai garantir recursos para a regularização das áreas ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas.

Equipes das duas instituições iniciaram na quinta-feira, 10, os trabalhos na comunidade de Jaó, em Itapeva, sudoeste paulista, apresentando o projeto aos moradores. Na sequência, os técnicos do Itesp vão elaborar o relatório de identificação dos quilombolas e delimitação do território. Com verba de R\$ 1 milhão, a maior parte repassada pelo Incra, serão pagas as benfeitorias de ocupantes de algumas comunidades, como a de Praia Grande, em Iporanga, no Vale do Ribeira.

Nesse caso, o quilombo está instalado em terras devolutas do próprio Estado e ocorreram conflitos entre os habitantes tradicionais e os ocupantes. Um líder

comunitário foi morto em razão da luta pela terra. As outras comunidades a serem reconhecidas são Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Sapatu, em Eldorado; Poça, na divisa de Eldorado com Jacupiranga; Pilões, em Iporanga; Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro, Reginaldo e Pedra Preta Paraíso, em Barra do Turvo; e Sertão de Itamambuca, em Ubatuba.

Atualmente, 48 processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas estão em andamento no Incra em São Paulo. Já ganharam o reconhecimento federal as comunidades de Ivaporunduva (Eldorado), Caçandoca (Ubatuba), Cafundó (Salto de Pirapora), Brotas (Itatiba) e Morro Seco (Iguape), mas apenas Ivaporunduva obteve a titulação do território. Outras cinco comunidades - Cambury (Ubatuba), Mandira (Cananeia), Galvão e São Pedro (Eldorado/Iporanga) e Porto Velho (Iporanga) - tiveram o relatório de identificação e delimitação publicados e aguardam a publicação das portarias de reconhecimento.

Nas terras públicas estaduais, a titulação das comunidades é feita pelo Itesp. As comunidades remanescentes de quilombos ganharam o direito ao território com a Constituição Federal de 1988. Em 2003, foi publicado o Decreto 4.887, que regulamentou os procedimentos para reconhecer os remanescentes, que vão desde a identificação das comunidades até a titulação do território e registro em cartório.

---

#### **Quilombo aguarda dez anos por titulação em Goiás. Daniela Carolina Perutti – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/07/2014**

*Em meio a ameaças de despejo e ações de pistolagem, quilombo Família Magalhães aguarda ação do Incra e vê mineração irregular e degradação ambiental avançar. Confira artigo de Daniela Carolina, doutoranda em antropologia social pela USP.*

“Você veio de longe pra fazer pesquisa nesse fim de mundo? Aqui não tem nada não.” A fala de uma funcionária da prefeitura de Nova Roma, surpresa com meu interesse em pesquisar a região, é recorrente entre os moradores dessa cidade sertaneja, localizada no Nordeste de Goiás. Em função da falta de perspectiva de emprego ou melhora de vida, a sensação geral é de que em Nova Roma, que conta com cerca de 3.471 habitantes (IBGE, 2010), restaram apenas os velhos, as crianças e os que não têm estudo.

Se a sensação de que a vida local está acabando é presente entre os novarromanos de um modo geral, ela parece ser ainda maior entre os membros da comunidade quilombo Família Magalhães, que vive no extremo norte do município. O grupo é originário do território Kalunga, considerado hoje o maior quilombo do país, com cerca de 8.000 pessoas distribuídas em 42 localidades (Projeto Kalunga Sustentável). A área deste, nas proximidades do rio Paranã (quilômetros abaixo do território dos Magalhães), abrange os municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante. Os primeiros indícios de constituição do quilombo naquela região datam da segunda metade do século XVIII, em documentos oficiais.

Uma prática narrada com frequência e atribuída aos ditos kalungueiros, sobretudo antes de seu reconhecimento pelo governo federal como quilombola, diz respeito aos constantes deslocamentos entre as serras e vales da região com o intuito de “caçar melhora”. “É porque para lá [na área Kalunga] era tudo difícil. Lá é um buraco, o povo



sofreu demais. Tinha que fazer a farinha e botar no cargueiro pra ir vender cá em Monte Alegre”, conta Alvina Pereira dos Santos, a matriarca de Família Magalhães.

Foi seguindo essa lógica local de deslocamentos que Pedro Magalhães da Cunha, o falecido patriarca da família, deixou o território Kalunga nos anos de 1940, indo trabalhar como vaqueiro na fazenda Santa Rita. Já Alvina é filha de mãe kalungueira e pai baiano, e cresceu nessa mesma fazenda próxima ao território Kalunga, onde o pai também trabalhava como vaqueiro. Lá, conheceu Pedro Magalhães e com ele se casou.

Após o matrimônio, em meados do século XX, Pedro e Alvina se instalaram no atual território do quilombo, em Nova Roma, a convite de um compadre que já vivia na região, para a realização de um criatório de porco. Desde então, nunca mais saíram daquela localidade, onde viveram da caça, pesca, roças e pequenas criações, além da venda de produtos locais para trabalhadores do garimpo de Pedra Branca, instaurado em área vizinha entre os anos 70 e o início dos anos 90. Atualmente, a família conta com cerca de 100 pessoas e já está na quarta geração.

#### *Perda gradual de território*

O grupo foi perdendo sucessivamente o território que ocupava para supostos proprietários, ficando confinado a uma pequena faixa de terra. Um dos momentos mais críticos foi no início dos anos de 1980, com o aparecimento de um fazendeiro paulista que alegava ser dono da área e requeria que os moradores deixassem o local. Ele realizou grande devastação ambiental, derrubando cerca de 6 km de mata nativa para plantar arroz. Não obtendo sucesso em seu negócio, abandonou aquelas terras devastadas e nunca mais retornou, conforme detalhado no “Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombo Família Magalhães”, feito por Roberto Almeida em 2007 para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Já em 1992, os Magalhães receberam a visita intimidadora de um advogado, Osmani Barreto dos Santos, representante dos herdeiros do suposto último comprador daquela propriedade. O grupo ficou surpreso, já que nunca havia visto tal fazendeiro, tampouco seus herdeiros, naquelas terras. Para José Magalhães, filho mais velho de Alvina, é difícil entender o “mundo da lei”, no qual alguém pode ser dono de uma terra sem nunca nela ter plantado, tampouco pisado.

Osmani passou a intimidar os Magalhães, que relatam ameaças com armas de fogo, roubo de alimentos das roças e derrubada de cercas, além de apeamento (amarrar as patas) do gado. Segundo os moradores, ele atuou como pistoleiro e chegou a expulsar outros posseiros não quilombolas que viviam pacificamente em áreas vizinhas. Além disso, os quilombolas sofreram duas ações de despejo movidas pelo advogado em questão e quase foram efetivamente expulsos das terras que habitavam, o que também é contado no “Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombo Família Magalhães”, de Roberto Almeida.

#### *Direitos*

Com o apoio de vizinhos e políticos locais, o grupo tomou conhecimento de que, por serem quilombolas, possuíam direito à terra conforme disposto no artigo 68 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitória (ADCT). Em 2004, ao recorrer a um procurador da república e narrar a situação, foram orientados acerca de seus direitos. Assim, expediram a certidão de autorreconhecimento como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares. Na mesma época, foram ao encontro do então presidente Lula, que esteve em evento no território Kalunga, e lhe entregaram um ofício assinado pelo então prefeito, vice-prefeito e vereadores novarromanos narrando a situação que o grupo quilombola sofria. Segundo o relato de José Magalhães, no mesmo dia o então presidente teria enviado uma resposta à prefeitura, dizendo que tomaria providências sobre o caso.

Ainda em 2004, Osmani foi assassinado, e até hoje não se sabe a identidade do mandante. Após a morte do advogado e ao final das ações de despejo, os supostos herdeiros ficaram com parte das terras que disputavam com Família Magalhães, aquelas nas quais o falecido advogado já havia conseguido expulsar algumas famílias não quilombolas.

### *Morosidade do Estado*

Faz dez anos que a comunidade Família Magalhães foi reconhecida pelo governo federal como quilombola, tendo recebido a certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Apenas em 2006 o Incra abriu o processo de titulação do território, tendo concluído, no ano seguinte, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da área, etapa inicial do processo.

Após anos de morosidade, em 2012, a presidenta Dilma publicou decreto para desapropriação dos três imóveis sobrepostos à área a ser titulada. Dois dos proprietários a serem desapropriados manifestaram o desejo de “vender” suas terras ao Incra, sendo que um deles, segundo os Magalhães, procurou o órgão oferecendo sua propriedade para desapropriação.

Ainda que conte atualmente com uma situação favorável e poucas propriedades a serem desapropriadas, até julho de 2014 a ação de desapropriação não havia sido ajuizada, e o processo encontrava-se paralisado. O Incra alega que ainda será necessária a realização de uma vistoria no território, para verificar os títulos incidentes e possíveis posseiros na área, antes de proceder o ajuizamento da ação, primeiro passo à desapropriação. No entanto, quase dois anos se passaram desde a assinatura do decreto sem que tal vistoria tenha sido realizada.

### *Consequências irreparáveis*

Enquanto isso, a comunidade sofre as consequências pela não titulação de suas terras. Orientada por agentes governamentais, ainda em 2004, a não mexer substancialmente no território, de modo a evitar novos conflitos, ela deixou de fazer roças maiores, restringindo-se a pequenas plantações no quintal de cada casa. Na falta de alternativas sustentáveis de geração de renda e acesso a crédito, que o título da terra poderia facilitar, jovens e adultos quilombolas têm abandonado o território, migrando para Brasília, Goiânia e cidades vizinhas em busca de emprego e alternativas de subsistência. “Daqui a pouco, só vai sobrar velho e criança”, sentencia Domingas da Cunha Santos, uma das filhas de Alvina.

Para piorar a situação, os quilombolas ainda presenciam, em seu território, atividades irregulares de extração de areia, degradando ainda mais a área, isso sem levar em conta a pesca predatória ali realizada há décadas por terceiros – uma queixa constante é a de que os peixes do rio estão acabando. Diante de tudo que já passou, a família não se sente segura para se defender desse tipo de prática.

Os descendentes de Alvina já não sabem mais o que fazer. No início do ano, realizaram reunião com técnicos do Incra na qual, segundo a quilombola Isabel Pereira dos Santos, representantes do órgão teriam dito que a vistoria seria iniciada ainda no primeiro semestre de 2014. Até o momento (4 de julho de 2014), eles sequer estiveram no local para o andamento dos trabalhos. Em março, o grupo mandou um abaixo-assinado para o superintendente regional do Incra em Brasília, Marco Aurélio Bezerra da Rocha, narrando a morosidade sofrida e solicitando que a ação de desapropriação fosse ajuizada ainda no primeiro semestre. Não obtiveram qualquer resposta por parte do superintendente.

Esse constitui exemplo de um território considerado simples de ser titulado – conforme enunciaram técnicos do Incra aos membros da família –, mas que a morosidade produz consequências irreparáveis para o grupo. Vale dizer que o estado de Goiás não possui nenhuma terra titulada pelo governo federal, e 19 territórios aguardam pela titulação. Apenas 7% das cerca de 3.000 comunidades quilombolas estimadas no Brasil receberam o título (integral ou parcial) de seu território. No governo Dilma, o ritmo de titulações ficou ainda mais lento, com apenas quatro terras parcialmente tituladas pelo Incra (dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo). Enquanto isso, Alvina, hoje com mais de 90 anos, sonha em ainda estar viva para ver seu pedaço de chão, de seus filhos, netos, bisnetos e tataraneta, enfim titulado.

*\* Daniela Carolina Perutti é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).*

---

### **Incra reconhece Comunidade Santa Rosa dos Pretos como remanescente de quilombo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/07/2014**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou as terras de Santa Rosa dos Pretos, no município maranhense de Itapecuru-Mirim, como Comunidade Remanescente de Quilombo. A Portaria que oficializou o ato foi publicada no Diário Oficial da União.

Para que o Incra reconhecesse a área de 7.496,9184 hectares das terras de Santa Rosa dos Pretos como Comunidade remanescente de quilombo, primeiramente a Autarquia providenciou um estudo da área, para a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Em seguida vieram as etapas de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações e, por último, a aprovação em definitivo desse Relatório, explicou o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra-MA, Jovenilson Correia.

“O próximo passo agora, de acordo com o procedimento legal, será o trabalho para a regularização fundiária do Território, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação para fins de interesse social”, acrescentou.

### *Relatórios Antropológicos*

Correia informou também que 27 Relatórios antropológicos de comunidades quilombolas no Maranhão encontram-se em fase de conclusão. Esses relatórios foram contratados por meio de um pregão nacional, que licitou empresas em todo o país para realização desses serviços.

O Incra/MA também realizou um pregão regional que resultou na contratação de mais 29 Relatórios antropológicos para a regularização de Territórios quilombolas, o que beneficiou aproximadamente 107 povoados de comunidades quilombolas maranhenses.

Ainda de acordo com Correia, o Incra vem trabalhando, de forma direta, na regularização de outras 20 Comunidades Quilombolas no Maranhão.

---

### **Luta pela terra no Primeiro Mundo. Francisco Colaço Pedro – Site da Carta Capital, Sociedade. 16/07/2014**

#### *Ocupações contra projetos imobiliários e por ideais libertários proliferam na Zona do Euro*

À margem das instituições e da mídia, uma onda de ocupações de terras propaga-se pela Europa para reivindicar o direito à terra, deter a especulação imobiliária, implantar hortas comunitárias e centros de serviços públicos ou lazer, entre outras finalidades. Um dos casos de maior repercussão é o de Notre-Dame-des-Landes, no noroeste da França. Cerca de 40 mil pessoas entre famílias, jovens mascarados e agricultores da região ocupam 1,5 mil hectares pertencentes ao Estado e destinados à construção de um aeroporto. Elas estão determinadas a “lutar contra o avanço das obras, aprender a viver em conjunto, cultivar a terra e ter mais autonomia em relação ao sistema capitalista”. Há assembleias regulares, um jornal distribuído de bicicleta, padaria, biblioteca e até uma rádio pirata captada pelos usuários das autoestradas Vinci, a maior empresa de construção e concessões do mundo, responsável pelo projeto. Previsto para funcionar em 2017, o aeroporto foi adiado para 2020. Uma pesquisa mostrou 56% dos franceses contrários à obra, 24% favoráveis e o restante indefinido. Movimentos semelhantes brotam em outras regiões da França. Em Rouen e Dijon, terrenos são tomados para o cultivo de hortas comunitárias e bloqueio de projetos imobiliários. Em Avignon, uma manifestação contra a construção de uma autoestrada resultou na ocupação de casas e terrenos agrícolas.

Inspirados no Movimento dos Sem Terra brasileiro, na Via Campesina e em exemplos históricos do continente, jovens de toda a Europa se organizam desde 2007 na rede Reclaim the Fields (RtF), voltada para “o retorno à terra e a retomada do controle da produção alimentar”. Lutam contra megaprojetos e pela defesa das terras agrícolas e participam das mobilizações contra um projeto de trem de alta velocidade no norte de Itália, a expansão do aeroporto de Heathrow na Inglaterra e o projeto da maior mina de ouro a céu aberto do continente, na Romênia. O grupo se declara determinado a criar alternativas ao capitalismo através de cooperação, coletivismo, autonomia, produção em pequena escala e iniciativas em conexão com lutas políticas globais. “Há uma longa história de lutas pelo acesso e controle da terra na Europa. É importante partilhar a diversidade das experiências atuais”, afirma o RtF, expressão de contradições em uma

Europa com áreas cada vez mais escassas e de propriedade crescentemente concentrada. Segundo o Transnational Institute, 3% de proprietários controlam metade das terras europeias. A Política Agrícola Comum aprofunda as desigualdades ao beneficiar as grandes empresas agroalimentares em prejuízo dos agricultores.

As tentativas de debelar o movimento de Notre-Dame-des-Landes reforçaram a solidariedade entre ocupantes, habitantes da região e pessoas de todo o país. “Essa solidariedade dá uma sensação incrível de resistência à repressão. Há pessoas das cidades vizinhas e de toda a Europa”, diz Zou, um jovem participante de Paris. O total de 200 ocupantes hoje é superior ao de dois anos atrás. Em 2013, durante a jornada mundial das lutas camponesas e de luto pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Brasil, vários terrenos e quintas adjacentes foram tomados. “Há uma imensa quantidade de terra abandonada em toda a Europa. Faz sentido ocupar áreas coletivamente para nos alimentarmos, recuperar os usos tradicionais e proteger os ecossistemas locais”, diz Guillem, do Can Masdeu, área agrícola e centro social tomados há 12 anos na periferia de Barcelona, Espanha. Segundo o catalão, as tomadas de propriedades devem-se aos “tempos duríssimos da crise”, mas também ao número crescente de indivíduos dispostos a “construir alternativas, desde cooperativas de produção e consumo a núcleos habitados”. Há 2 mil aldeias abandonadas no país. Nas regiões de Navarra e Aragón, houve dez ocupações recentes. As aldeias de Artizkuren e Lakabe foram invadidas há 20 anos. Os projetos transcendem a ecologia e visam uma mudança social inspirada pelos ideais anarquistas de autogestão, apoio mútuo e funcionamento horizontal, sem hierarquia nem discriminação. Na Andaluzia, o Sindicato de Trabalhadores retomou a ocupação de terras como forma de luta. Em 2012, 500 agricultores invadiram os 400 hectares da quinta de Somonte e, em maio do ano passado, outras três propriedades ociosas. “A ocupação põe em causa uma base de toda a sociedade: a propriedade como valor supremo”, diz Guillem. “O direito à propriedade não pode prevalecer sobre o direito a satisfazer necessidades básicas. Num tempo de crise civilizacional, essas experiências são exemplos de que se pode viver de outra maneira.”

---

#### **Enquanto Funai admite orientação para paralisar demarcações, relatório demonstra efeitos da política governista – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/07/2014**

“Não pedimos que gostem dos índios. Exigimos apenas que nos respeitem. Que respeitem nossos direitos”. E a violação desses direitos, trazida pela fala de Ivanildo Tenharim diante das agressões sofridas pelo seu povo, é uma das principais causas dos dados apresentados pelo relatório de violências contra os povos indígenas, referente ao ano de 2013, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), lançado nesta quinta-feira, 17, na sede da CNBB, em Brasília.

(CIMI)

Parte das análises do relatório, a omissão do Poder Público recebeu destaque. Na questão indígena, a omissão é o principal combustível da violação. Nesta quinta, a Funai declarou para a Agência Brasil que por orientação do governo federal paralisou os processos de demarcação em áreas de conflito. Com efeito, são nestas terras indígenas que está a maior concentração de violências e agressões contra os povos, conforme

atesta o relatório. No lugar de demarcar as terras, assentar os pequenos agricultores e pagar as benfeitorias, a decisão do governo é a de não contrariar os aliados ruralistas.

O presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, acredita que “o governo federal se nega a cumprir suas obrigações constitucionais de assegurar as terras indígenas. Com o relatório visamos uma ampla e intensa campanha de luta em defesa da vida. Precisamos urgentemente rever as prioridades sociais e direção política de nosso país. Não podemos nos calar diante do que ocorre com estes povos, que querem viver”.

Viver. Como povos indígenas podem viver sem ocupar de forma plena suas terras tradicionais? A paralisação dos procedimentos demarcatórios como parte da política indigenista estatal, deixando 64% das terras indígenas sem regularização, mantém comunidades confinadas ou acampadas às margens de rodovias e vulneráveis às violências de fazendeiros, madeireiros, grandes empreendimentos. Para muitos indígenas a teia de dissociações fiadas não deixa outro caminho fora o suicídio, alcoolismo e a violência entre si.

No Mato Grosso do Sul, conforme o relatório, ocorreram 73 suicídios em 2013, sendo 72 entre os Guarani Kaiowá. O pior resultado em 28 anos. Já o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, majoritariamente de população oriunda de 23 povos indígenas da região do rio Negro, lidera o ranking de suicídios entre os mais de 5 mil municípios, conforme o Mapa da Violência 2014, com taxa de 50 por 100 mil habitantes - dez vezes maior que a média nacional.

#### *Racismo e incitação ao ódio*

“O relatório 2013 traz de forma muito forte a postura anti-indígena de setores da sociedade brasileira. Os ruralistas promoveram manifestações, leilões e no parlamento tentam aprovar projetos contra estas populações. Isso tem um efeito direto nas formas de violências contra os povos indígenas”, aponta a coordenadora do relatório, a antropóloga Lucia Helena Rangel. Assessora do Cimi, Lucia destaca o que chama de “liberdade de expressão” contumaz dos detratores das lutas indígenas com ataques racistas, pejorativos e de incitação ao ódio.

A antropóloga lembrou da audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, ocorrida no município de Vicente Dutra (RS) em novembro do ano passado, onde os deputados Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) fizeram ataques agressivos não só contra indígenas, mas também envolvendo negros e homossexuais taxando-os de “tudo o que não presta”. A audiência foi financiada com recursos públicos. Mesmo longe de ser algo novo no país, tais ataques surpreendem pelo respaldo político que encontram no Executivo e Legislativo. O missionário indigenista Roberto Liebgott, também coordenador do relatório, analisa que a postura omissa do governo federal diante da efetivação do direito ao território tradicional desencadeou uma onda de violência contra os indígenas em diversos campos da sociedade, caso do legislativo. “A conexão se dá pelo governo federal, que possui uma dependência política dos ruralistas, e então juntos eles harmoniosamente agem contra os direitos indígenas”, afirma Liebgott.

Num contexto desfavorável, onde a cada 100 indígenas que morrem 40 são crianças, comprometendo assim até mesmo o futuro destes grupos, os povos seguem resilientes.

Sobretudo com a nova tática de criminalização, que conta com prisões e imputação de crimes sobre os ombros calejados de lideranças, caciques e pajés. E não é mera coincidência que tenham ocorrido prisões e acusações em áreas de conflito, seja motivado pelos interesses do agronegócio, do próprio governo e seus empreendimentos ou pela ação ilegal de madeireiras. Mesmo quando se trata de terras demarcadas. O caso emblemático de 2013 foi o ocorrido com os Tenharim, entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no Amazonas. Para o relatório de 2014 já existem outras duas situações: os cinco Kaingang presos no Rio Grande do Sul e Babau Tupinambá detido em Brasília. Acusados de crimes que não cometeram, provas inconsistentes ou inexistentes. Um padrão.

### *Caso Tenharim*

No caso dos tenharim, cinco lideranças foram presas acusadas de assassinar, em dezembro do ano passado, três homens. Sem nenhuma prova de que tivessem cometido o crime, e negando de forma contundente, foram execradas e condenadas pela imprensa e hoje os tenharim não podem circular pelas cidades sob risco de espancamento. As crianças estão proibidas de frequentar a escola, os professores de lecionar e os indígenas servidores públicos não podem mais se dirigir aos postos de trabalho. “A Justiça age contra a gente, mas não contra madeireiros e demais invasores. Nenhuma denúncia que fazemos tem providência. Isso acontece no Brasil inteiro”, destaca Ivanildo Tenharim.

A liderança explica que com a abertura da Rodovia Transamazônica pela ditadura militar, nos anos 1970, chegaram os fazendeiros e madeireiros. Parte do povo foi escravizado pelas frentes de colonização. Outra parte morreu assassinada ou em decorrência da invasão. Assim nasceu o conflito. Dezenas de madeireiras se instalaram e prosperaram. Neste início de século XXI, a única área da região que mantém a floresta preservada está na terra indígena. Os madeireiros então passaram a invadir e retirar madeira do território tradicional com cerca de 1 milhão de hectares. Os tenharim reagiram.

“Montamos os pedágios, a partir de 2006, como forma de compensar. Os recursos financiavam nossa luta contra as madeireiras. Nunca aceitaram e faz tempo que buscavam um motivo para nos atacar. Com a morte dos três passaram a nos acusar. Fecharam a estrada, atacaram a aldeia, a Funai, queimaram o barco. Todo mundo ficou contra a gente. Quem estava na cidade teve de ficar no quartel do Exército”, conta Ivanildo. O povo segue ameaçado e perseguido. A prisão das cinco lideranças mudou a rotina da aldeia e a liderança tenharim afirma que estão desamparados.

“Fosse apenas fazendeiro e madeireiro, tudo bem. O problema é que tem o Poder Público no meio, a Polícia Federal. Quando vamos fazer queixa de ameaça na delegacia, dizem que o sistema está fora do ar. Tudo isso está relacionado com os interesses de madeireiros, fazendeiros e do próprio governo que tem projeto para aquela região”, critica o tenharim olhando a capa do relatório, com o barco do povo pegando fogo depois de atacado com bombas incendiárias pela horda arregimentada por setores anti-indígenas da região.

Ao comentar o relatório, dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, se deteve ao poder simbólico da imagem: “É uma capa muito significativa: estamos queimando

culturas. Creio que não há dimensões do quanto isso é ruim para o país. Não são números o que este relatório nos traz, mas pessoas. Não podemos continuar com essa tragédia contra os povos indígenas”.

---

**Cativos de fiscais corruptos. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/07/2014**

O Senado aprovou, em maio, por unanimidade, a PEC do trabalho escravo. A unanimidade demonstra que ninguém, nenhum partido, tergiversa com o princípio da liberdade individual. Ponto.

Parece simples, mas nem tanto. Por essa razão, a PEC, não obstante seu irrecusável conteúdo, tramitou por anos no Congresso, sem obter consenso. E por um motivo nada banal: condenava, mas não definia claramente o que é trabalho escravo, deixando tal juízo ao arbítrio de quem fiscaliza. Desnecessário dizer da margem de manipulação, chantagem e todo tipo de distorção que daí resulta.

Foi, portanto, necessário que se inscrevesse na PEC a necessidade de regulamentá-la por meio de lei complementar (de nº 432/2013), já aprovada em Comissão Especial, emendada em plenário, restando a votação das emendas.

Segundo a Convenção 29 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, trata-se objetivamente de trabalho forçado (não remunerado), com restrição de locomoção (direito de ir e vir). A legislação brasileira inclui ainda, sem também defini-las, "condições degradantes e jornada exaustiva".

Estamos de pleno acordo quanto aos conceitos, mas queremos que sejam explicitados para que não fiquem, como estão, ao arbítrio do fiscal de plantão. Lei não pode gerar dubiedade. A propósito, registro um caso presente, ocorrido no Tocantins.

O auditor do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Humberto Célio Pereira da Silva foi preso -e a seguir liberado por habeas corpus-, acusado de fraude nas fiscalizações que chefiava, por meio de grupo móvel, para identificar prática de trabalho escravo. Na sua casa e no seu escritório, foi encontrado um verdadeiro arsenal: revólveres, espingardas, pistolas e munição, sem nenhum registro –e não passíveis de uso em seu ofício.

A acusação principal é a de ter embolsado parte de recursos destinados a trabalhadores rurais. O processo segue em segredo de Justiça e, segundo a Constituição, ninguém pode ser declarado culpado sem sentença tramitada em julgado.

Por que, então, cito esse caso e o nomino? Pelo simples fato de se tratar de alguém que jamais respeitou esse princípio. Condenou como escravocratas –sem base legal e sem direito de defesa– diversos produtores rurais inocentes, banindo grande parte deles do mercado e deixando desempregadas centenas e centenas de trabalhadores.

A ausência de explicitação legal favorece essa prática. Há apenas uma Norma Regulamentar, de nº 31, do Ministério do Trabalho, que, com seus 252 artigos, regula a relação trabalhista no campo e tem sido usada para estabelecer punições ao trabalho escravo.



A partir daí, são-lhe impostas sanções duríssimas, que semeiam o terror e, no limite, poderão levar à perda da propriedade. Notificado, o proprietário tem que recorrer administrativamente –e, bizarrice extrema, é julgado pelo mesmo fiscal que o puniu.

Esse fiscal, o sr. Humberto Célio Pereira da Silva, visitou 86 fazendas no Tocantins e lavrou 1.003 laudos, sem que esses pudessem ser avaliados numa instância técnica isenta. No Pará, a empresa Pagrisa sofreu forte abalo sob a mesma acusação de trabalho escravo. Estivemos lá –eu e mais sete senadores– e constatamos que os empregados possuíam até cartão eletrônico para receber seus salários. Eis então a novidade: escravos com cartões eletrônicos e contas bancárias.

Tenho um irmão, André Luiz Abreu, que não possui um palmo de terra e foi acusado de promover trabalho escravo. Era, por sinal, funcionário do Ministério Público do Trabalho e, depois do ocorrido, demitiu-se. Qual o seu crime? Alugou dois tratores, que com sua poupança comprara para aumentar seus rendimentos, a uma fazenda, enquadrada como escravagista. O que ele tinha com aquilo? Nada. Mas era irmão da presidente da CNA, Kátia Abreu.

Devidamente detalhada, a legislação do trabalho escravo liberta também os produtores do cativo dos fiscais corruptos.

---

#### **Reforma urbana toma lugar de reforma agrária. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2014**

*Manifestações de junho consolidam inversão de prioridades das diretrizes de programa de governo dos candidatos à Presidência*

Uma das principais novidades nos programas dos candidatos à Presidência da República neste ano é o crescimento e a consolidação do espaço dedicado aos problemas urbanos. A mudança pode ser detectada com facilidade nos textos enviados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelos três postulantes que aparecem com mais destaque nas pesquisas de intenção de voto.

A explicação mais provável para a mudança é o impacto que tiveram sobre políticos e marqueteiros as grandes manifestações de junho do ano passado, iniciadas como um protesto contra o preço das tarifas do transporte público e culminando em um clamor popular por uma reforma urbana.

Esse anseio sinaliza as transformações da sociedade brasileira. Se na década de 1960, quando a bandeira da reforma agrária empolgava os partidos de esquerda no País e o governo de João Goulart, 55% dos brasileiros viviam em zonas rurais, hoje essa população está em torno de 16%. E a tendência, de acordo com o IBGE, é que ela fique mais reduzida nos próximos 30 anos.

Em suas propostas enviadas ao TSE, a presidente Dilma Rousseff (PT), que tenta a reeleição, fala de maneira enfática na necessidade de uma "reforma urbana". O candidato do PSDB, Aécio Neves, vai na mesma linha. Entre as cinco "reformas fundamentais" que promete iniciar tão logo assumo o Planalto, as duas primeiras referem-se a questões urbanas - envolvendo transporte e segurança pública.

No programa de Eduardo Campos (PSB), um dos cinco eixos de mudanças que promete por em andamento é denominado Novo Urbanismo e o Pacto pela Vida. Para o ex-governador pernambucano, trata-se de "um dos problemas mais expressivos que se propõe ao Brasil e, conseqüentemente, àqueles que o governarão".

As grandes questões urbanas já estavam presentes em programas de eleições anteriores. A diferença é que agora aparecem com mais destaque. Em 2010, Dilma apresentou análises e propostas de mudanças para melhorar a vida nas cidades, mas não situou a questão entre as grandes reformas que o Brasil precisava. O primeiro esboço de programa que seu partido aprovou, durante encontro nacional realizado em maio, sequer dedicou um capítulo especial à questão, embora já reconhecesse que as cidades estão crescendo desordenadamente e que "muitas estão à beira do colapso".

A candidata do PSOL, Luciana Genro, está convencida de que a mudança está ligada às manifestações de junho. Ela fala sobre isso na página de apresentação de seu programa. "As manifestações que tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas expressaram um descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros brasileiros e insatisfação com a subordinação do interesse público aos negócios privados", disse a ex-deputada gaúcha.

Campos também justifica suas escolhas na apresentação do programa lembrando os protestos: "É preciso ouvir o grito das ruas e ser conseqüente com os anseios da imensa borda de desfavorecidos que almejam inclusão verdadeira e cidadania plena".

Choque. A primeira impressão da leitura dos textos é a de um choque de realidade. Ao lembrarem, aqui e ali nos textos enviados ao TSE, que quase 85% dos brasileiros já vivem nas cidades, que o déficit habitacional gira em torno de 6 milhões de unidades, que a precariedade dos serviços de segurança pública está entre as principais preocupações da população, que a falta de mobilidade urbana foi o estopim das mobilizações que paralisaram o País, que o saneamento é o pior setor da infraestrutura nacional e que as ocupações irregulares se alastram por todas as metrópoles, os políticos parecem se dar conta da maior transformação social que ocorreu no Brasil nos últimos 50 anos: a sua veloz urbanização.

Essa transformação, conforme observações contidas no programa de Campos, ocorreu "com a completa ausência de planejamento urbano". Para Aécio, a redução da mobilidade urbana já traz "imensos prejuízos à qualidade de vida", com conseqüências para a saúde pública.

O desafio agora é definir políticas capazes de reverter os problemas. O candidato tucano promete priorizar o transporte público, tornando-o "uma alternativa viável e concreta em relação ao transporte individual". À esquerda dele e do PT, o PSOL promete implantar a tarifa zero no transporte dos principais centros urbanos. Já PSTU, PCB e PCO defendem a estatização de todo o sistema de transporte público. Na outra ponta, o Pastor Everaldo (PSC) acredita que o melhor é deixar tudo por conta da iniciativa privada.

Para o ex-deputado Eduardo Jorge, candidato do PV à Presidência, a preocupação é com a má representatividade dos cidadãos no atual sistema político. Ele defende o fechamento do Senado, a redução em 25% do número de deputados federais e a

revalorização das câmaras municipais, que seriam assessoradas por conselhos de cidadãos eleitos pelos moradores.

---

**Petista ignora distribuição de terras em texto entregue ao TSE. Roldão Arruda e Fábio Brandt – O Estado de São Paulo, Política. 20/07/2014**

*Tema aparece nos programas de Aécio e Campos de maneira genérica, sem promessa de novos assentamentos*

Ao mesmo tempo em que a reforma urbana ganha mais holofotes nos programas dos candidatos à Presidência, a reforma agrária perde espaço. A mudança é particularmente notada no caso da petista Dilma Rousseff, já que seu partido sempre deu destaque a essa bandeira, desde que foi fundado, em 1980.

A reforma agrária não aparece entre as propostas de governo de Dilma. A única referência ao assunto no texto refere-se ao passado: segundo documento, 771 mil famílias teriam sido assentadas no Brasil desde que o PT chegou ao poder, em 2003.

O programa de Aécio Neves (PSDB) fala em "apoio à reforma agrária", enquanto Eduardo Campos (PSB) promete "retomar e qualificar a reforma agrária". Nos dois casos as referências são genéricas e seguidas de observações sobre o apoio que pretendem dar à agricultura familiar, que consideram importante para a produção de alimentos. Não há promessas de novos assentamentos de famílias.

O candidato do PV, Eduardo Jorge, também fala em apoio à agricultura familiar. Os representantes dos quatro partidos situados à esquerda do espectro político (PSTU, PSOL, PCO e PCB) defendem projetos radicais de reforma agrária radical. A redistribuição de terras, segundo suas propostas, atingiria todas as grandes propriedades rurais. O Pastor Everaldo (PSC) apoia a ideia de reforma, mas desde que só atinja áreas públicas. Os candidatos Eymael (PSDC) e Levy Fidelix (PRTB) não tocam no assunto.

Os deputados federais petistas Afonso Florence (BA) e Pepe Vargas (RS), que chefiaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo Dilma, acreditam que as propostas para reforma agrária da candidata ainda serão detalhadas ao longo da campanha. Segundo Vargas, num eventual segundo mandato, Dilma deve "intensificar" as políticas em curso no campo, como o "esforço" de levar programas como o Luz Para Todos. Ele não acredita, porém, em números elevados de desapropriações para a instalação de assentamentos. "O número de famílias na beira da estrada ou em acampamentos em busca de terras hoje é bem menor do que no passado", diz Vargas.

Para Isolete Wichinieski, da Coordenação Nacional da Pastoral da Terra, o programa de Dilma reflete seu governo: "Ela nunca falou diretamente de reforma agrária e deu pouca atenção às questões de demarcação de terras indígenas, de posseiros e de quilombolas".

De 2011 a 2013, Dilma desapropriou 186 imóveis para a reforma agrária. Foi o segundo menor índice registrado desde o início da redemocratização, em 1985. O primeiro foi de Fernando Collor, com 25 imóveis.

---

## **MDA e Incra definem diretrizes para o segundo semestre – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014**

Delegados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se reuniram com servidores de ambas as autarquias, em Brasília, nesta segunda-feira (21). O objetivo do encontro foi definir o foco das ações para o próximo semestre de trabalho e assegurar a chegada efetiva das políticas públicas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Segundo o ministro Miguel Rossetto, o MDA e o Incra construíram espaços importantes para a agricultura familiar, proporcionaram diálogo com os movimentos sociais e definiram estratégias para o futuro agrícola e para a reforma agrária. “Nós conquistamos uma agenda fundamental e temos agora uma distribuição mais justa e equilibrada de terras”, avaliou.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, citou a renegociação de dívidas e a titulação de terras como ações prioritárias para o segundo semestre e enumerou medidas para a ampliação dos investimentos nos assentamentos, com foco no combate ao desmatamento e na ampliação da produção de alimentos. “Nós sabemos que sem assistência técnica não conseguimos implantar nossas políticas”, realçou.

O secretário-executivo do MDA, Laudemir Müller, reforçou aos participantes as ações englobadas no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 e salientou, aos mais de 300 presentes, a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do Brasil. “Nós crescemos, e crescemos muito. A agricultura familiar deixou de ser ‘apenas’ produtora de alimentos e passou a figurar como segmento fundamental para o desenvolvimento econômico do País”, atentou.

### *Integrar para melhorar*

Para o delegado do MDA no Amazonas, Arivan Reis, o diálogo e a participação de todos no planejamento e execução são essenciais. “Dentro da estratégia de qualificar as políticas públicas para levá-las para os agricultores, o diálogo entre Incra e MDA é fundamental”, opinou.

---

## **Incra reconhece comunidades quilombolas no Ceará e em Santa Catarina. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014**

Cerca de 25 famílias de descendentes de escravos terão a oportunidade de regularizar as terras onde vivem. O Incra declarou como terras da comunidade quilombola de Três Irmãos uma área de 2.946,9375 hectares, localizada nos municípios cearenses de Croatá e Ipuéiras. Em Santa Catarina, o Instituto delimitou como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Família Thomaz área de 30,8 hectares situada no Município de Treze de Maio. As decisões foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

No Ceará, a Portaria de Reconhecimento encerra fase de análise e julgamento de contestações acerca de estudos realizados pela superintendência da autarquia que

reconheceram a presença de 15 famílias remanescentes de quilombos, além de terem delimitado a área onde será criado o território quilombola.

Em Santa Catarina, as terras devem ser destinadas a nove famílias descendentes do ex-escravo Custódio Manoel Thomaz, que recebeu as terras de antigo proprietário de escravos da região, por ocasião da abolição da escravatura.

Para que as famílias tomem posse efetiva da área, o próximo passo é a publicação de decreto presidencial que reconhece a área como de interesse social. Este instrumento permite ao Incra a desintração do local por meio da desapropriação, com indenização aos ocupantes. Quando for imitado na posse da área, o Incra poderá titular a comunidade em nome da associação que representa as famílias e a área passará a ser de uso coletivo e inalienável.

### *Regularização*

O processo de regularização dessas áreas começa quando a comunidade quilombola solicita ao Incra a abertura de processo administrativo. A autarquia então realiza estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos, que são reunidos em um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Quando concluído, o RTID é publicado nos diários oficiais da União e do estado. Aprovado em definitivo, após análise e julgamento de contestações e recursos em segunda instância, o Incra publica a Portaria de Reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

---

### **Incra oficializa mesa de diálogo permanente sobre regularização Quilombola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014**

Os moradores de comunidades quilombolas viveram, nesta quinta-feira (24), um momento histórico. A Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, que se reunia desde outubro do ano passado para dialogar sobre as questões envolvendo a tema, foi oficializada nesta manhã, durante o sexto encontro do grupo. Uma portaria institucionalizou a Mesa com a assinatura do presidente do Incra, Carlos Guedes. Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros acompanharam a reunião.

O ato é importante porque torna oficial a participação da sociedade civil nas discussões sobre o processo de regularização de áreas quilombolas. Os principais objetivos são acompanhar, identificar e encaminhar soluções sobre a regularização dessas terras. A assinatura da portaria também dialoga com a Política Nacional de Participação Social, criada pela presidenta Dilma Rousseff, que assegura a participação da sociedade na construção de políticas e tomadas de decisões envolvendo a população.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, destacou que o espaço é uma conquista dos movimentos sociais, onde há respeito aos direitos das comunidades quilombolas. Ele afirmou, ainda, que a garantia do diálogo contribui para a atuação do poder público. “É melhor quando se governa desse jeito. A transparência e a escuta da população beneficiada assegura mais eficiência à ação do governo”.

Para a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, a oficialização da Mesa responde diretamente a um dos anseios dessa

população. “Esse é um passo importante que responde a uma demanda por mecanismos de transparência e agilidade ao processo de regularização”, reforçou.

As funções da Mesa Nacional vão desde a discussão dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas, com parceiros e movimentos sociais, à busca de alternativas locais para prevenção e diminuição e gestão de conflitos em territórios quilombolas. As reuniões com os integrantes serão realizadas a cada dois meses.

Segundo o presidente do Incra, Carlos Guedes, o grupo de debate permeia todo o processo de regularização. “O papel é mediar, identificar os problemas, tentar encontrar a solução em âmbito administrativo, buscando coletivamente os caminhos, as alternativas”, ressaltou.

#### *Portarias*

Durante o encontro foram assinadas mais duas portarias de reconhecimento de territórios quilombolas: as comunidades de Lagoa do Ramo/Goiabeira, no município de Aquiraz (CE), e Tijuaçu, nos municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antônio Gonçalves (BA).

Representando as comunidades quilombolas do estado baiano, Nelson Nunes dos Santos, 43 anos, aponta que mais este reconhecimento fortalece a luta dos movimentos. “Foram seis anos até chegarmos a este momento importante. Para a comunidade é um sonho ter a terra regularizada porque acaba com os conflitos, com a especulação imobiliária. Para as comunidades quilombolas esse documento é o que fortalece a luta”.

#### *Mesa*

Fazem parte da composição da Mesa Nacional: Incra, MDA, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Fundação Cultural Palmares e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq).

Desde o início da Mesa, em agosto de 2013, sete comunidades quilombolas foram reconhecidas nos estados do Maranhão, Ceará, Santa Catarina, Pará e Bahia, beneficiando 1.398 famílias.

---

### **Governo fortalece ‘sociedade civil’ na questão quilombola. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 24/07/2014**

#### *Mesa de Diálogo oficializada pelo Incra atende à proposta da Política Nacional de Participação Social, criada por Dilma Rousseff*

O governo oficializou nesta quinta-feira (24) a Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola. A medida dá mais força à participação da sociedade civil nas decisões sobre processos de regularização de áreas reivindicadas por comunidades quilombolas.

A Mesa Nacional já vinha se reunindo desde agosto do ano passado. Segundo informações divulgadas no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pelos processos fundiários envolvendo os quilombolas, a

oficialização “dialoga com a Política Nacional de Participação Social, criada pela presidente Dilma Rousseff, que assegura a participação da sociedade na construção de políticas e tomadas de decisões envolvendo a população”.

A portaria que institucionaliza a Mesa foi assinada pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, durante a sexta reunião do grupo, em Brasília. Participaram da cerimônia os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros.

Fazem parte da composição da Mesa Nacional: Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Geral da Presidência da República, Seppir, Secretaria de Patrimônio da União, Fundação Cultural Palmares e Conaq – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (a principal e mais abrangente organização do País no setor).

Desde que o grupo começou a se reunir, há quase um ano, sete comunidades quilombolas foram reconhecidas nos Estados do Maranhão, Ceará, Santa Catarina, Pará e Bahia. No total, 1.398 famílias foram beneficiadas, segundo dados do Incra.

Para o ministro Rossetto, a Mesa é uma conquista dos movimentos sociais. Segundo Luiza Bairros, ela atende “a uma demanda por mecanismos de transparência e agilidade”.

---

**Nesta sexta-feira (25), ministro do MDA e presidente do Incra visitam assentamento da reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014**

Como parte das comemorações do Dia do Colono, comemorado em 25 de julho, e do Dia do Agricultor, celebrado em 28 de julho, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, visitam famílias de agricultores da reforma agrária. Eles vão, nesta sexta-feira (25), no assentamento Fazenda Larga, em Planaltina (DF), ver de perto a produção e evolução dos assentados, como o casal Zaqueu e Jalere Barbosa.

Há cinco anos, Zaqueu Gomes Barbosa, 48 anos, passou a cuidar de sua própria terra no Assentamento Fazenda Larga, cerca de 70 quilômetros de Brasília (DF). No início, o sonho de ser dono de seu próprio negócio deixou a família dividida. Casado com Jalere Barbosa, 43 anos, pai de Beatriz, 16, e Luiz Henrique, 15, Zaqueu saiu de sua antiga casa para dar início ao plantio de pimentão, pepino e tomate. A família, que conseguiu adquirir sua residência por meio do Minha Casa, Minha Vida Rural, cuida de toda a produção.

Mas, foi em 2012 que os agricultores deram o primeiro passo para alavancar a produção. Por meio da linha de crédito do Mais Alimentos, que financia projetos de infraestrutura, puderam iniciar o plantio do pimentão em estufa. “A gente tinha muito medo de pegar financiamento e não conseguir pagar depois. Foi aí que conhecemos o Mais Alimentos e vimos que tínhamos condições, que poderíamos crescer com isso”, conta o agricultor que tinha dez estufas em seus dois hectares de terra.

A escolha de ser agricultor familiar melhorou a vida da família, que pensa em crescer, cada vez mais, e tem orgulho do que faz. “Eu sou feliz no que faço, é a profissão que escolhi e gosto. Sempre fui da roça”, afirma Zaqueu. “A gente encara a agricultura familiar da melhor forma possível. Temos muita confiança no que a gente faz e queremos continuar crescendo como agricultores”, completa Jalere.

Atualmente, o agricultor, que chega produzir 700 caixas de pimentão a cada oito, nove meses, conta com 21 estufas. Juntamente com o cunhado, dono da propriedade vizinha de dois hectares, Zaqueu conseguiu dobrar sua produção. O agricultor conta que por mês são comercializadas cerca de 40 caixas, com aproximadamente 12 quilos em cada. Ele explica que 70% de sua produção vão para a Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (Cootaquara), que repassa para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O restante é vendido para comerciantes da região administrativa de Ceilândia (DF). “É bom porque tenho comprador fixo. Durante todo o ano vendo meus produtos. Isso garante renda sempre”, comenta.

Hoje, a propriedade que é modelo de boas práticas no assentamento recebe assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/DF) e tem alojamento para dois funcionários que são empregados com carteira assinada. “A gente não dá conta de fazer tudo sozinho, é muita coisa. Meus filhos ajudam, mas ainda precisamos de outras pessoas conosco”, explica Jalere.

#### *Assentamento Fazenda Larga*

O assentamento foi criado em 2003 e é um exemplo para a agricultura familiar brasileira. Dos 500 hectares, 227 são divididos entre 79 famílias que produzem mandioca, abóbora, milho, feijão, pimentão, tomate e muito mais.

Outros programas do Governo Federal também ajudam os moradores do assentamento na facilitação do acesso a livros, informação e internet. A “Casa Digital José Alencar”, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi a primeira instalada no DF e conta com 11 computadores com acesso a internet e um voluntário da comunidade é responsável por auxiliar os moradores no uso dos equipamentos. Lá também funciona uma biblioteca do Programa Arca das Letras para incentivar o hábito da leitura no local.

---

#### **RS tem mais dois territórios quilombolas identificados – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014**

Foram publicados no Diário Oficial da União de hoje (25), os Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação dos Territórios (RTID) das comunidades quilombolas de Arnesto Penna, localizada em Santa Maria, e Quadra, em Encruzilhada do Sul (RS). O RTID é composto por vários estudos – como relatório antropológico, levantamento fundiário, mapa e cadastro das famílias - que visam definir a área pertencente a remanescentes de quilombos.

A comunidade Arnesto Penna está em uma área de 264,2 hectares, na zona rural do município, onde vivem 16 famílias. O processo de regularização fundiária foi aberto no Incra/RS em 2006.



O relatório antropológico (primeira das seis peças do RTID) foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em convênio com o Incra/RS, coordenados pela antropóloga Rosane Rubert. Conforme o estudo, Ambrozina Penna era uma grande proprietária de terras que, ao falecer, deixou em testamento parte do território para os filhos de sua ex-escrava Balbina. Os descendentes, além das terras, também herdaram o sobrenome da antiga dona.

O quilombo da Quadra possui um território de 101,9 hectares no meio rural. O processo de regularização fundiária iniciou no Incra em 2007. A comunidade é composta por 13 famílias que descendem de dois troncos genealógicos diferentes: os Machado e os Barbosa.

A história remonta os anos de 1860, quando chegaram no local Silvério e Lucinda Barbosa e Felicidade Machado. O relatório antropológico foi realizado pela pesquisadora Tanussa Pereira, que já desenvolvia pesquisas na área. No relatório, os moradores contaram que a comunidade se chama “Quadra” em função da quantidade de terras que compunham o espaço na época.

Próximos passos – O RTID é elaborado com base em informações sociais, históricas, econômicas, ambientais e antropológicas. Após sua publicação nos diários oficiais da União e do Estado, é aberto o prazo de 90 dias para que vizinhos, posseiros, lindeiros ou demais ocupantes apresentem suas contestações ao Relatório de Identificação e Delimitação.

As contestações serão julgadas pelo Comitê de Decisão Regional do Incra no prazo de até seis meses. Se a contestação for aceita, o RTID poderá ser refeito e publicado novamente. Quem tiver sua contestação rejeitada pode recorrer ao Conselho Diretor do Incra em Brasília no prazo de 30 dias.

Após este período, é publicada uma portaria pelo presidente do Incra, reconhecendo o território. O processo encerra com a titulação em nome da comunidade – um título coletivo e que não pode ser dividido.

---

### **Incra reconhece Território Quilombola de Tijuaçu – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014**

O Território Quilombola de Tijuaçu, na Bahia, tem portaria de reconhecimento do Incra publicada, nesta sexta-feira (25), no Diário Oficial da União (DOU). A publicação significa o reconhecimento pelo Instituto de que a área de 8,4 mil hectares, onde vivem 828 famílias, é um território quilombola.

O Tijuaçu abrange os municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antonio Gonçalves, situados a 450 quilômetros de Salvador. Trata-se da área com maior número de famílias beneficiadas pelo Programa Brasil Quilombolas no estado.

A portaria de reconhecimento consolida o Território Quilombola de Tijuaçu como remanescente de quilombo e dá legitimidade ao conteúdo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em 2010. É 12ª portaria publicada que favorece territórios quilombolas baianos.

Com o reconhecimento, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/BA inicia a elaboração do kit decreto, que reúne as documentações necessárias, para que a área de Tijuacu possa ser decretada como de interesse social pela Presidência da República.

Com o decreto presidencial, o Instituto poderá iniciar o processo de arrecadação das terras públicas e obtenção de imóveis rurais e posses inseridos no perímetro. São 39 propriedades particulares e 37 posseiros.

História – O RTID do Tijuacu conta que o povoamento do local começou com a chegada de Maria Rodrigues, mais conhecida como “Mariinha”, de origem Nagô que teria fugido de uma senzala em Salvador. Mariinha inicialmente se estabeleceu na região conhecida como Alto Bonito onde tinha uma visão estratégica da área. Mais tarde, ela teria casado com um homem de origem do Congo e deram início ao quilombo.

A oralidade e as tradições, como o samba de lata, são pontos fortes das comunidades que compõem o Território de Tijuacu. Muitas histórias e costumes foram passados entre gerações. O samba da comunidade surgiu enquanto as mulheres caminhavam longos trechos em busca de água.

De acordo com relatório, é fácil identificar os moradores do Território de Tijuacu. “Eles costumam ter um modo de vestir diferenciado com cabelos trançados. Utilizam torços, têm práticas lúdicas semelhantes e a religiosidade está ligada ao culto a São Benedito”, explica o documento.

*Assessoria de Comunicação Social do Incra/BA*

---

## **MST ocupa fazenda que mantinha trabalho escravo no Distrito Federal – Site do MST. 26/07/2014**

Da Página do MST

Neste sábado (26/7), 638 famílias do MST ocuparam a Fazenda Santa Isabel, localizada no núcleo rural Monjolo, em Planaltina, Distrito Federal.

A área, de propriedade da empresa Rural Whittmann Agropecuária Ltda, foi flagrada com 33 trabalhadores em situação análoga à escrava no último dia 3 de julho, após uma operação de resgate realizada pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“Exigimos que essa área seja destinada à reforma agrária. É um exemplo bem debaixo dos olhos dos parlamentares brasileiros que, no Congresso Nacional, tentam mudar a descrição do que seja trabalho escravo, o que é um retrocesso para qualquer trabalhador/a rural e um alívio para os ruralistas continuarem com esta prática desumana. O Parlamento, depois de 15 anos, decidiu pela expropriação de propriedades rurais e urbanas de empregadores culpados de utilização de trabalho escravo ou análogo à escravidão e é a isto que estamos reivindicando”, disse Edmar Tavares, integrante da coordenação do MST DF e Entorno.

Os 33 trabalhadores encontrados pela operação de resgate trabalhavam, desde junho, sem carteira assinada e sem equipamento de proteção, ficavam em alojamentos precários e superlotados e não tinham recebido nenhum salário.

O grupo foi aliciado em Nova Floresta (PB) para trabalhar na colheita de café, com a promessa de emprego por um período 90 dias. Após o flagrante, o MPT convocou a empresa Rural Whittmann Agropecuária Ltda para pagar verbas rescisórias e demais direitos trabalhistas aos explorados.

#### *Trabalho escravo em MG*

Mais 250 famílias ocuparam neste domingo (27/07) uma fazenda na BR 251, entre Unaí (MG) e Paracatu. A propriedade também tem denúncias de trabalho escravo e desmatamento ilegal para a produção de carvão. O MST exige que esta área seja destinada à Reforma Agrária.

---

#### **Agricultura familiar: uma revolução silenciosa no campo. Najar Tubino – Site da Carta Maior, Economia. 28/07/2014**

*A revolução silenciosa na área rural brasileira é consequência da organização dos trabalhadores rurais que assumiram a reforma agrária na prática*

Porto Alegre (RS) - Esta é uma história que tenta retratar algumas mudanças ocorridas na zona rural brasileira nos últimos anos e que, certamente, não estão nas estatísticas. Uma das fontes consultadas é o trabalho divulgado em dezembro de 2013 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo Federal, realizado pelo IPEA, IBGE e analisado pelos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho é sobre Agroindústria Rural no Brasil. O IBGE registra, com base no censo de 2006, que 16,7% dos estabelecimentos rurais do país praticaram algum tipo de transformação da matéria-prima produzida. A agricultura familiar no país envolve 4,3 milhões de estabelecimentos rurais, com mais de 12 milhões de pessoas trabalhando, representa 38% do Valor Bruto de Produção - R\$54,5 bilhões -, embora ocupe menos de 25% da área agricultável.

A agroindústria familiar, portanto, é um passo a mais na organização da agricultura familiar, com investimentos em manufaturas, em produtos elaborados, alimentícios, que vão desde as farinhas, como de mandioca e de milho, pães, biscoitos, doces e geleias, além de mel, mas também embutidos, queijos, aguardente e vinho. O trabalho selecionou, com as devidas estatísticas por estado e por região, 32 produtos produzidos. Desses nove são os mais importantes. No caso da região nordeste e norte, é preciso acrescentar a rapadura e a tapioca.

Somente agroindústrias que produzem farinha de mandioca no país são mais de 266 mil, sendo que a maioria no Nordeste, quase 150 mil. O Brasil produzia 30 milhões de toneladas de mandioca na década de 1970. Agora produz 21 milhões e faltam sementes. A farinha de mandioca, que faz parte do cálculo da inflação, subiu mais de 100% nos últimos anos.

*PRONAF está em todo o país*

A citação da região Nordeste é mais do que óbvia. É lá que está a maioria das propriedades familiares, mais de 50% segundo a estatística, e também é lá que os agricultores e agricultoras mais acessam o PRONAF, o programa de financiamento da agricultura familiar, que este ano vai investir mais de 24 bilhões de reais no segmento. Aliás, o PRONAF é um programa que está presente em todos os 5.460 municípios do país. A Revolução Silenciosa na área rural na verdade é consequência da organização dos agricultores e agricultoras, de trabalhadores rurais que assumiram a reforma agrária na prática, transformando suas áreas em campos de produção de alimentos para o país, não para exportação. Além disso, uma parte dele, produzidos sem agroquímicos, principalmente, sem veneno.

É claro, que isto não se tornaria uma realidade se não fossem as políticas públicas conquistadas de baixo para cima, como é o caso do PRONAF, dos Programas de Aquisição de Alimentos, do Programa Nacional da Merenda Escolar, e agora, mais recente, o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PLANAPO), que também está viabilizando linhas de financiamento para a agricultura familiar, com juro de 1% ao ano.

#### *Comida é uma questão de saúde*

A questão da produção de alimentos e da agroindústria familiar, que também envolve a produção de alimentos, não é uma simples questão econômica. A começar pela falta de dados e informações atualizadas, fato reconhecido no próprio trabalho citado. Estamos falando de mudanças sociais, culturais e de saúde. Já é notório o fato do Brasil ser o quinto país do mundo em obesidade, de mais de 50% da população estar acima do peso, sendo 17% na condição de obesos. A dieta veiculada nos meios de comunicação está levando o Planeta para um ciclo vicioso que só beneficia a indústria química, a mesma que produz agrotóxico e remédios.

Isso não é uma coincidência.

A receita inventada pelos estadunidenses de consumo de sanduíches gordurosos e xaropes gaseificados levou a uma completa desorganização das dietas dos povos. “Amar tudo isso” ou “abrir a felicidade” se transformou numa armadilha que alavancou as estatísticas de obesidade, por consequência, de diabetes, doenças coronárias e hipertensão. O que foi vendido como a modernização da agricultura, com índices imbatíveis de produtividade, milagres na produção de commodities, hoje em dia, não passa de uma falácia de péssima categoria. Junto com a modernização da agricultura, ao mesmo tempo cresceram as redes de supermercados, hipermercados e shoppings centers.

A agricultura familiar ficou relegada ao patinho feio das produções de Hollywood. Era ineficaz, sem qualidade e a única saída era debandar para os grandes centros urbanos, onde as oportunidades na indústria e na construção civil surgiam como milagrosas. Hoje se sabe bem o inferno que viraram as metrópoles. A população está doente, sofre diariamente para se mover, come mal e ainda sofre com a violência em diversos estágios. Para os apóstolos do neoliberalismo, o mundo seria de concreto, a comida totalmente industrializada, inclusive com pílulas astronáuticas, e o campo uma modelo de indústria de ponta, com suas potentes colheitadeiras e seus tratores com GPS e

pulverizadores eletrônicos, que dosificam milimetricamente o veneno necessário para a planta transgênica produzir.

Onde está a estatística?

Lascaram-se. O povo do campo, que realmente vive e produz onde mora se organizou. Não só produz como industrializa. Além disso, vende diretamente em feiras de todo tipo. Na capital paulista funcionam 850 feiras livres, mais de 16 mil barracas, uma história que iniciou no século XVII. Claro que este tipo de feira convencional é formada por comerciantes, outra por produtores, e mais recentemente, uma parte de agroecologistas. São 140 feiras no país de caráter agroecológico, segundo pesquisa feita em 2012 pelo IDEC, o Instituto de Defesa do Consumidor, juntamente com outras organizações que trabalham com agroecologia. Entretanto, o movimento das feiras, quer ecológicas, ou feiras de produtores, que trazem seus produtos uma ou duas vezes por semana para vender na cidade, é disseminado pelo país. Em Fortaleza são 76 feiras livres. Em Recife são 17. Porto Alegre tem a feira mais antiga em agroecologia, no Bairro Bonfim, desde 1989. Passam mais de cinco mil pessoas no sábado pela feira. O Rio de Janeiro tem 25 feiras agroecológicas. Somente cinco capitais não tem feira ecológica - Cuiabá e Boa Vista, estão entre elas.

Na Paraíba, no Polo da Borborema, com 15 municípios, funcionam oito feiras agroecológicas. Em março desse ano, os agricultores e agricultoras realizaram a 5ª Marcha das Mulheres pela Vida e pela Agroecologia. Participaram 3.500 mulheres no município de Massaranduba. Feira livre, feira agroecológica, estamos falando de relações econômicas, de compra e venda, de produtos consumidos pela população de todas as faixas, mas principalmente, da que tem menor poder aquisitivo. Isso não está na estatística. Os preços das verduras, frutas e cereais nas feiras são mais baratos do que no supermercado, além da vantagem de negociar o preço com o feirante ou produtor. Sem contar a hora da “xepa”, no final da feira, quando os preços caem. Em 2002, os supermercados faturavam 7% do total comercializado com hortifrutigranjeiros.

#### *A Monsanto em Petrolina*

As feiras se tornaram o canal de comercialização, mas também o canal de comunicação e de divulgação de um novo tipo de agricultura que existe no campo. Também resgatou a importância dos costumes locais, da comida da vovó, das verduras e legumes sem agrotóxicos, em casos mais específicos. Principalmente, derrubaram a supremacia das grandes corporações do varejo, das corporações de commodities e, agora, da transgenia. A Monsanto trabalha na produção de sementes de hortaliças. Em Petrolina comprou duas fazendas - uma com 186 ha e outra com 64 ha - e montou seu complexo tecnológico de pesquisa dentro do perímetro irrigado, que terá a mesma função que o Havaí tem em relação aos Estados Unidos, para a produção de sementes. Trabalham com milho, depois sorgo, algodão, cana e milho doce. Nos próximos cinco anos será o centro responsável pelos lançamentos da multinacional. O semiárido, com água, favorece a produção, com até quatro safras, dependendo da cultura. Isso acelera o trabalho que seria muito maior, e mais caro, no Sul ou no Sudeste. A Monsanto inaugurou este centro em março de 2013, embora estivesse na área desde 2009. É o 19º centro de pesquisa no Brasil - ela tem 36 unidades no país.

### *Capacidade de resistência*

Em que pese uma trajetória genérica de apropriação e concentração das atividades de processamento alimentar por grandes conglomerados industriais a agroindústria rural continua revelando uma notória capacidade de resiliência.

Assim, diferente do que se preconizava no auge da modernização da agricultura, a atividade está longe de ser um resquício, pelo contrário, trata-se de uma expressão absolutamente contemporânea de emergência de novas trajetórias de desenvolvimento no mundo rural, registra o trabalho Agroindústria Rural no Brasil.

Outra citação: a agricultura familiar responde pela maior parcela de valores agregados a produção associados à transformação dos alimentos. É responsável por 78,40% da agregação de valor, enquanto a agricultura não familiar abarca uma percentagem de 21,60%. O Nordeste aparece em primeiro lugar com 43% dos valores agregados aos alimentos, seguido pelo Sudeste com 24%, o Norte com 21%, O Sul com 8% e o Centro-Oeste com 4%. Os pesquisadores ressaltaram que os dados não computaram as vendas para os programas PAA e PNAE, sem contar o crescimento das feiras de vendas diretas em todo o país.

Se a Monsanto se instalou no semiárido, região onde a ASA desenvolve o trabalho mais eficiente que existe neste país de organização de agricultores e agricultoras familiares, com a implantação de tecnologias de convivência com as agruras da seca, os próprios sertanejos tratam de dar o troco. No dia 18 de julho começa no município de Pedro II, no Piauí, o I Festival das Sementes da Fatura, como eles denominam as sementes crioulas. Na Paraíba são as sementes da paixão, onde já funcionam 225 bancos de sementes. A ASA tem registro de mais de mil práticas de uso e troca das sementes crioulas, envolvendo quase 20 mil famílias. No Piauí participarão 800 agricultores e agricultoras. Também não tem feira agroecológica ou livre nesse Brasil afora que eles não troquem semente. Enquanto as corporações despejam bilhões de dólares em marketing, para vender um mundo de facilidades inúteis e prejudiciais à saúde da população e ao ambiente do Planeta, os sertanejos e outros brasileiros espalham o seu conhecimento e suas práticas no silêncio.

---

### **Terra Legal entrega títulos para agricultores familiares de Manoel Urbano no Acre – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014**

Cinquenta agricultores familiares do município de Manoel Urbano (AC) receberão o título definitivo de terra. A entrega dos documentos será realizada, nesta quarta-feira (30), por meio do Programa Terra Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento (MDA).

Com o documento, que comprova a posse, o agricultor passa a ser proprietário da terra da União que ocupava. Com o título fica mais fácil acessar políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o programa de habitação rural.

### *Escritório temporário*

Para atender a demanda dos produtores da região, equipes do Terra Legal vão montar, nesta quarta-feira, um escritório temporário no Centro Cultural de Manoel Urbano. No espaço, produtores rurais que ocupam terras federais na região podem acompanhar o andamento de seus processos de titulação, atualizar documentos e tirar dúvidas sobre, bem como conhecer os benefícios do título definitivo.

#### *Programa Terra Legal Amazônia*

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

---

#### **Comunidade quilombola no Ceará é reconhecida pelo Incra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014**

A comunidade quilombola de Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza, teve seu território reconhecido e delimitado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, na última sexta-feira (25).

Estudos realizados pela superintendência regional do Incra no Ceará reconheceram a presença de 137 famílias remanescentes de quilombos e delimitaram a área de 1,4 mil hectares de território quilombola.

A publicação da portaria conclui o período de análise e julgamento de contestações acerca de estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos realizados na comunidade e reunidos em um documento chamado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Com a aprovação definitiva do RTID de Lagoa do Ramo e Goiabeira, a presença da comunidade e o tamanho de seu território não podem mais ser contestados.

As famílias aguardam agora a publicação de decreto presidencial definindo a área de interesse social para desapropriação, com o objetivo de criação do território quilombola e a posterior entrega do título de propriedade coletiva do território à comunidade.

Conheça aqui o passo a passo do processo de reconhecimento ou consulte o andamento de processos já abertos no Incra.

Incra

---

## **Pastoral da Terra denuncia invasão de Reserva Legal em Assentamento – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 31/07/2014**

Em uma ação realizada na manhã de ontem (30/07), o IMA (Instituto de Meio Ambiente) e o Batalhão de Polícia Ambiental autuaram os invasores da Reserva Legal do Assentamento Flor do Bosque, em Messias, Alagoas. A denúncia vinha sendo feita pela CPT desde 2012, quando os órgãos estatais fizeram sua última expedição buscando garantir a preservação da mata.

(CPT Alagoas)

Uma equipe de 14 policiais, 7 agentes de fiscalização do IMA, assentados e agentes pastorais vistoriaram toda a área que vem sendo gradativamente invadida, loteada e comercializada por pessoas estranhas à luta camponesa.

Seu João Manuel, agricultor, 65 anos, vive há 2 meses numa área de 7 tarefas dentro da Reserva Legal (RL). Ele afirmou que seu cunhado trocou uma caminhonete Ranger pelo imóvel que habita com um corretor ilegal apenas conhecido como “Bolinha”, não encontrado no local.

Outros agricultores que trabalhavam na RL foram comunicados da obrigação de deixar a área. Foram encontrados também corretores ilegais, um deles o pastor “Irmão” confirmou vender lotes por cerca de R\$ 3 mil, para camponeses da região.

“Essa é uma ação educativa, estamos notificando a todos que deixem de imediato o local. E no caso daqueles que comercializam áreas terão que responder administrativa e criminalmente pelo que estão fazendo”, afirmou Adriano Jorge, Diretor Presidente do IMA.

O Capitão Orsi, responsável pela operação do BPA, comunicou que em poucos meses será feita uma nova visita para averiguar o cumprimento da Lei. “O IMA veio hoje orientar, já identificamos quem são as pessoas e da próxima vez que viermos é para levarmos presas os que insistirem em manter-se na área invadida”.

### *Reflorestamento é necessário para coibir invasões*

Pela Legislação Federal, 20% das áreas destinadas aos assentamentos devem ser preservadas. Elas são intituladas Reservas Legais. No Flor do Bosque, assentamento reconhecido desde 2007, uma grande devastação da mata se deu pela antiga proprietária do imóvel, a Usina Santa Clotilde. Desde que as famílias tomaram posse do terreno, elas lutam pelo cumprimento da Lei.

Carlos Lima denuncia que em 2012, após a primeira operação para expulsão dos invasores da RL, foi firmado um acordo no qual a Secretaria de Agricultura se comprometeu ceder estacas e mudas para o reflorestamento. A CPT, em contrapartida, ofereceu a mão-de-obra dos agricultores num esforço conjunto para a ação ambiental.

“Há dois anos apresentamos ao Governo do Estado um projeto de recuperação de 15 hectares na Reserva Legal do Flor do Bosque. O tem parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), autorização do Governador, inclusive publicada em diário oficial. Entretanto o processo encontra-se parado na Secretaria da Fazenda aguardando



apenas a liberações do recurso. Enquanto isso ilegais continuam a lotear a área”, disse Lima.

A CPT permanecerá vigilante e cobrando dos poderes públicos que ações efetivas, como a de hoje, ocorram com regularidade e que a liberação do recurso para o projeto de reflorestamento aconteça.

---

### **MST exige do Inca que área da Araupel seja desapropriada para Reforma Agrária – Site do MST. 31/07/2014**

Cerca de 3 mil famílias Sem Terra do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio ocuparam no último dia 17 de julho a Fazenda Rio das Cobras, exploradas pela Araupel, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu (PR).

As famílias acampadas permanecem na área e reivindicam a desapropriação da fazenda de cerca de 35 mil hectares para fins de Reforma Agrária.

Esse foi o assunto principal da reunião, que aconteceu em Brasília nesta terça-feira (29/07) com a presidência do Inca, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e lideranças do MST de Rio Bonito do Iguaçu e da coordenação nacional.

Ênio Pasqualin, dirigente estadual do MST, afirma que “está em questão a necessidade do governo federal e o Inca se posicionarem sobre um processo judicial que há mais de 10 anos tramita na Justiça, na comarca de Cascavel. Na reunião acordamos que a presidência do Inca e a Ouvidoria Agrária Nacional virão para o Paraná nos próximos dias agilizar esse processo. Enquanto, isso as famílias permanecem na área e aguardam uma decisão da Justiça”.

O conflito social que está em questão, afirma Miranda, da coordenação nacional do MST, “aponta para o problema da nulidade do título de origem da terra, pois houve uma ilegalidade do estado quando repassou esta área a terceiros, desrespeitando a lei de faixa de fronteira. Portanto, o problema será resolvido com uma política de Reforma Agrária”.

A Araupel, desde o ano de 1972, explora uma área com cerca de 64 mil hectares e devasta a mata nativa para atuar na exportação de madeira de pínus e eucalipto.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa